ESTÁ FALTANDO MULHER

O debate sobre a diversidade de gênero nos conselhos de administração é um tema ainda recente na pauta de discussões da governança corporativa no Brasil, mas que começa a ganhar força à medida que alguns países adotam regras compulsórias ou ocorrem adesões voluntárias à presença feminina na alta administração.

O primeiro país a estabelecer em lei um percentual mínimo de mulheres nos conselhos de administração foi a Noruega, que, em 2003, aprovou uma lei exigindo 40% dos assentos dos conselhos para as mulheres. A lei entrou em vigor integralmente somente em 2008, quando terminava o prazo de adaptação das empresas de capital à regra.

Na Espanha e na Holanda, as empresas têm até 2015 para estabelecer cotas para mulheres nos conselhos de administração. A Bélgica e a Itália estabeleceram cota de 33% em 2011. Segundo Heloísa Bedicks, superintendente do IBGC, ainda há questões machistas nos altos escalões das companhias brasileiras. "Melhoramos muito nas últimas décadas, mas ainda vemos que os homens indicam somente outros homens para os conselhos de administração", diz.

Pesquisa do IBGC, feita com formulários de referência de 454 empresas listadas na BM&F Bovespa entre 2010 e 2011, constatou que, de um total de 2.647 posições de conselho efetivas nas companhias abertas, apenas 7,71% eram ocupadas por mulheres.

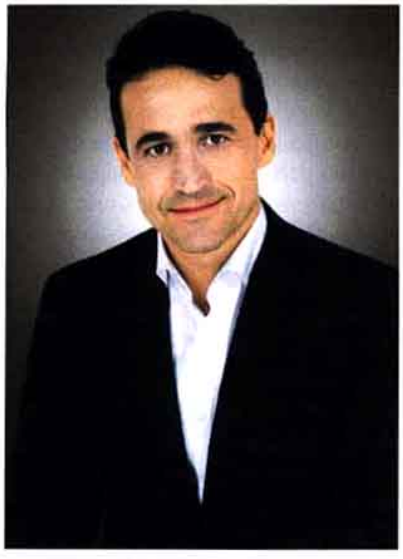
Inês de Souza, do Magazine Luiza: com mulheres há mais conciliação

Apesar de não explicitar a posição a favor das mulheres nos conselhos de administração, o IBGC versa em seu código que na composição deles "deve-se buscar diversidade de experiências, qualificações e estilos de comportamento para que o órgão reúna as competências necessárias ao exercício de suas atribuições". Das 100 empresas avaliadas no ranking, apenas 57 possuíam, no período da coleta de informações, mulheres em seus conselhos de administração.

Há, no Senado Federal, um projeto de lei de 2010 estabelecendo que, até 2022, haja um percentual mínimo de 40% de mulheres na composição dos conselhos de administração das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas controladas pela União. No início de março, após audiências públicas, o texto foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), onde será apreciado pelo relator, o senador João Vicente Claudino (PTB-PI).

Inês Corrêa de Souza, que já foi diretora financeira da Vale, atua como conselheira efetiva do Magazine Luiza, 38ª colocada no ranking. Para ela, o olhar atento e o pensar femininos trazem uma nova dimensão na análise e na solução de problemas, e uma visão estratégica complementar à abordagem masculina dos negócios, própria das mulheres. "Qualquer empresa que possa ter mulheres em seu conselho se beneficiará dessa maneira única e peculiar de considerar fatos e versões, bem como de conciliar opiniões", afirma.

No ranking da *AméricaEconomia*, as empresas que se destacaram por ter mulheres em seu conselho são: AES Eletropaulo, Celpe, Coelba, Hering, Klabin, Lojas Marisa, M. Dias Branco, Magazine Luiza, Petrobras, Sabesp, Santos Brasil e Souza Cruz.



Gomes, da Renner: criação de manual de participação nas assembleias

pais informações que os acionistas precisam para tomar suas decisões. "Essa prática garante aos investidores tempo para avaliação das decisões que serão votadas", aponta Laurence Gomes, diretor de RI da Lojas Renner.

O fato de as três vencedoras estarem listadas no Novo Mercado da BM&F Bovespa não é mero detalhe. Criado em 2000, o Novo Mercado representa o grau máximo de governança corporativa e foi considerado um avanço no mercado de capitais brasileiro, desde a Lei das Sociedades de Ações, de 1976. "Os investidores estrangeiros exigem esse grau de governança e muitos deles só investem em companhias que aderiram a esse mercado", afirma Luiz Marcatti, diretor da área de gestão da consultoria Mesa Corporate Governance.

Segundo a BM&F Bovespa, a decisão das empresas de listar-se no Novo Mercado traz benefícios aos investidores, como melhoria no processo de acompanhamento e de fiscalização, redução de riscos, maior segurança quanto aos direitos societários e maior precisão na precificação das ações da companhia. "As práticas de governança levam a instituição a ter uma melhor reputação no mercado, podendo até se beneficiar com taxas de juro e captação mais baixas", avalia Luiz Calado, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de São Paulo (Ibef/SP). ■

Confira mais detalhes do ranking no portal da *AméricaEconomia*:
www.americaeconomiabrasil.com.br

Fotos: Divulgação; Daniela Toviansky